



PRÉ-TESE XX – Barra do Bugres

1. LINHA DE REFLEXÃO:

- () I – Perfil da Universidade;
- () II – Políticas de Ensino e Graduação;
- (X) III – Políticas de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia;
- (X) IV – Estrutura Organizacional da UNEMAT;
- () V – Planejamento Institucional.

2. PROBLEMA / JUSTIFICATIVA (Diagnóstico / leitura de contexto)

Devido ao fato de que o regime de dedicação exclusiva estava atrelado à existência de fomento para realização da pesquisa e à institucionalização dos projetos, o CONEPE tinha a atribuição de elaborar os editais internos de pesquisa e homologar projetos que fossem aprovados por agências de fomento externas, como a FAPEMAT ou o CNPQ.

Entretanto, com a reforma do PCCS, a força produtiva de muitos docentes foi liberada, uma vez que os mesmos podem se dedicar exclusivamente à instituição. Dessa forma, como em muitas áreas de pesquisa existe a possibilidade de realização de projetos sem fomento, vemos como necessidade a agilização da institucionalização dos projetos.

Além disso, acreditamos que os projetos são melhor avaliados quando julgados por profissionais da mesma área, de maneira que os colegiados de curso se apresentam como instância adequada para o julgamento dos projetos de pesquisa sem financiamento.

Finalmente, gostaríamos de observar que é de interesse institucional a realização e institucionalização desses projetos, exatamente pelo fato de que o tempo de trabalho do professor já está sendo financiado pela instituição, de forma que a institucionalização do projeto não acarreta nenhum ônus para a instituição.

A mudança de instância de análise de projetos de pesquisa para os colegiados de curso ajudariam a agilizar no processo de institucionalização e também de diminuir a carga de trabalho do CONEPE.

3. PROPOSTA / TESE

Alterar o parágrafo VIII do artigo 21 do Estatuto da Universidade do Estado de Mato Grosso para:

*VIII – homologar projetos de pesquisa e extensão, aprovados em editais e demandas espontâneas e **projetos de pesquisa e extensão aprovados pelos colegiados de curso e colegiados regionais.***

Incluir na resolução 018/2008 do CONSUNI que define as atribuições dos colegiados de curso a seguinte função (artigo 5, parágrafo XXII):

XXII – Analisar e emitir parecer de projetos de pesquisa e extensão que não necessitem de financiamento.



4. RESUMO

Pré-tese que aborda a questão da institucionalização de projetos de pesquisa sem fomento externo. A proposta sugere que os colegiados de curso tenham autonomia para julgar e homologar os projetos de pesquisa sem fomento externo, através de uma modificação da atribuição dos colegiados de curso.

5. AUTORES (Mínimo de 5 autores da comunidade acadêmica)

(Docentes) Raul Abreu de Assis, Luciana Mafalda Elias de Assis, Robinson Alves Lemos, (Discentes) Fabiano da Silva de Ávila, Vivianne Santiago Cavalcante. (Funcionário), Ademir Cardoso da Silva.